

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E DESIGUALDADES DE GÊNERO: efeitos sobre a permanência e o desempenho escolar de estudantes trans no Brasil

Lauribaldo Calandrini de Azevedo Neto (UFPA),
netocalandrini.azevedo@gmail.com

Vergas Vitória Andrade da Silva (UFPA),
vergas@ufpa.br

RESUMO

Este artigo parte do pressuposto segundo o qual a violência simbólica manifestada pela imposição das normas binárias de gênero nas instituições de educação brasileiras, igualmente, na sociedade em geral é capaz de oprimir as corporeidades dissidentes de gênero e impulsionar percursos acadêmicos insatisfatórios para esses estudantes. Nesse panorama, o objetivo central deste estudo é compreender como a violência simbólica, materializada nas relações escolares e analisada a partir das histórias de vida presentes na obra *Trans*, reforça a cisheteronormatividade e aprofunda desigualdades no desempenho e na permanência escolar de estudantes trans. Nesse viés, buscamos oferecer respostas ao seguinte problema de pesquisa: de que modo a violência simbólica atuante nas relações escolares reforça a cisheteronormatividade e impacta o desempenho e a permanência de estudantes transgêneros? Para isso, utilizamos uma abordagem qualitativa com dados secundários centrados em experiências relatadas no livro *Trans: Histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância* e submetemos estes relatos a análise de conteúdo bardiniana. Em termos de arcabouço teórico partimos do conceito de violência simbólica de Bourdieu e Passeron (2023), entendido como uma forma de dominação invisível que opera através de símbolos, linguagem e cultura, levando os dominados a internalizarem e aceitarem a ordem social desigual como natural. Os resultados demonstram que a violência simbólica relativa à identidade de gênero prejudica o desempenho estudantil, a permanência e origina outros atos violentos no esforço de legitimar a cultura cisheteronormativa. Conclui-se que a violência simbólica opera como mecanismo estruturante das desigualdades de gênero no espaço escolar. **Palavras-chave:** Violência Simbólica. Gênero. Desigualdades. Escola. Transgêneros.

1 INTRODUÇÃO

No processo educacional os estudantes são tratados uniformemente iguais, todavia, essa forma de tratamento desconsidera um fator primordial, a origem social, que molda os valores socioculturais dos sujeitos. Assim, podemos inferir que, para além de simples estudantes, adentram às instituições educacionais pessoas munidas de uma espécie de bagagem cultural que produz a diversidade no interior dos ambientes educacionais. Além disso, acessam a educação pessoas de diferentes classes sociais que no decorrer do itinerário educacional serão avaliadas com base em critérios das classes elitistas, porque conforme assevera Bourdieu e Passeron

(2018, p. 41) “a cultura da elite é tão próxima da cultura da escola”. Com isso, alguns alunos (as) terão carreiras educacionais prestigiosas e outros de insatisfação; nisso tem origem o processo de desigualdades educacionais.

Nessa conjuntura, os/as estudantes provenientes das classes populares estão inclinados a terem rendimentos e desempenhos acadêmicos de insucesso, pois, eles não são familiarizados com os valores sociais e culturais exigidos pelas instituições de ensino. Dessa forma, a educação para as pessoas pertencentes aos grupos sociais subalternos será uma jornada em que “a aquisição da cultura escolar é aculturação” (Bourdieu e Passeron, 2018, p. 40). Nessa relação ocorre a violência simbólica que “institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar ao dominante” (Pierre Bourdieu, 2024, p. 64). Em outras palavras, essa violência é invisível e se manifesta numa forma de imposição que opera por meio de significados, valores e normas de um grupo dominante sobre outros, fazendo com que essas imposições pareçam naturais e legítimas.

Nesse contexto de impositividade, determinados grupos sociais como os dissidentes de gênero são condicionados às trajetórias estudantis de insucesso devido ao fato de nos espaços de educação, tal qual em sociedade, a norma aceita quanto a identidade de gênero ser a binária, aquela que admite apenas homem e mulher com base nos parâmetros biológicos (sexo); imperando assim, um padrão cisgênero e heteronormativo. Por isso, o objeto de estudo desta pesquisa é a violência simbólica expressa na imposição das normas binárias de gênero nas relações educacionais vivenciadas por pessoas trans, conforme narrativas presentes no livro “Trans: Histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância” (Ceribelli; Latta, 2021).

Consoante a isso, a escola reverbera como um espaço no qual as pessoas transidentitárias mais têm os seus direitos humanos violados (Antra, 2023). Com isso, percebemos que a instituição escolar reproduz sobre os corpos trans a marginalidade a qual são submetidos também em sociedade. Essa relação entre escola e sociedade é descrita por François Dubet (2003; 2004) quando ele fomentou que novas relações se estabeleceram entre a educação e sociedade de modo que seja reproduzido no interior da vida escolar as desigualdades e mazelas sociais. Dessa forma, as normas binárias de gênero representam uma ameaça para a estadia e desempenhos de sucesso de estudantes transgêneros. Ademais, essa norma generificada causa segregação, invisibilidade, e exclusão desses estudantes, além de torná-los vulneráveis a diversos tipos de atos violentos. Logo, questionamos: de que modo a violência simbólica

atuante nas relações escolares reforça a cisheteronormatividade e impacta o desempenho e a permanência de estudantes transgêneros?

Nesse cenário, este estudo é extremamente crucial porque supomos que a violência simbólica prejudica os desempenhos lineares de alguns estudantes como os transgêneros e perpetua desigualdades. Assim, a relevância social desta pesquisa reside em identificar e combater mecanismos preconceituosos, apontando caminhos para a promoção de espaços de educação mais democráticos e inclusivos e, combatendo as hierarquias de gênero. Em termos políticos, a essencialidade está no desvelamento dos modos sutis e ocultos de dominação e reprodução das disparidades sociais. Em suma, este estudo desvenda as complexas relações de poder que estruturam a escola e a sociedade explicitando a maneira como a dominação normativa binária de gênero sustenta o nível mais profundo das interações escolares.

Já a essencialidade político-pedagógica do presente estudo reside na capacidade de revelar mecanismos sutis, porém profundamente eficazes, de exclusão e dominação presentes no campo educacional. Ao evidenciar como normas cisheteronormativas são naturalizadas na escola, a pesquisa contribui para deslegitimar práticas pedagógicas que reproduzem desigualdades sob a aparência de neutralidade. Nesse sentido, provoca a reflexão crítica da comunidade escolar sobre a inclusão de diferenças de expressões de gênero. Além disso, amplia a compreensão da evasão, do fracasso escolar e do sofrimento psíquico vivenciado por estudantes trans. A pesquisa também valoriza saberes e experiências historicamente silenciadas, ao articular educação, poder e identidade, agregando para a construção de uma educação democrática e inclusiva.

Sendo assim, destacamos que o objetivo central desta investigação é compreender como a violência simbólica, materializada nas relações escolares e analisada a partir das histórias de vida presentes na obra *Trans*, reforça a cisheteronormatividade e aprofunda desigualdades no desempenho e na permanência escolar de estudantes trans. Enquanto os objetivos específicos são: identificar, nas narrativas do livro *Trans: Histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância*, as situações escolares marcadas pela imposição de normas binárias de gênero e pela reprodução da violência simbólica; analisar como a violência simbólica se manifesta nas interações entre estudantes, professores e instituições, gerando processos de exclusão e sofrimento social; discutir os impactos dessas experiências de violência simbólica sobre o desempenho e a permanência escolar de estudantes trans.

Por fim, o artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico e os aspectos metodológicos que fundamentam a análise; em seguida, discutem-se as narrativas de violência simbólica na escola, evidenciando como tais práticas se manifestam no cotidiano escolar; na sequência, analisam-se as ações pedagógicas na reprodução do sistema cisheteronormativo; posteriormente, examinam-se as relações entre violência simbólica e desempenho estudantil; por fim, abordam-se os desafios de permanência de estudantes trans na escola, sintetizando os principais achados e suas implicações para o debate educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Na vertente bourdieusiana, a violência simbólica é entendida como uma forma de dominação suave, invisível e não coercitiva, exercida principalmente por meio de símbolos, linguagem, normas e classificações sociais. Ela ocorre quando os dominados incorporam como naturais e legítimas as estruturas de poder que os oprimem. Para Bourdieu, essa violência se manifesta no interior dos campos sociais, como o educacional, por meio da imposição de um arbitrário cultural. O *habitus* dos indivíduos é moldado por essas estruturas, levando-os a aceitar posições desiguais como resultado de mérito ou incapacidade pessoal. A eficácia da violência simbólica reside justamente em seu caráter inconsciente e cotidiano. Ela dispensa o uso da força física, pois opera com o consentimento tácito dos sujeitos. Nas instituições de educação, expressa-se em currículos, avaliações e práticas pedagógicas excludentes.

Mediante o exposto, a fundamentação teórica está consolidada nos estudos dos sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (2018; 2023; 2024) sobre a violência simbólica no processo educacional, dado que, para os autores essa violência decorre de um poder simbólico que pode ser definido como a capacidade de legitimar e edificar a realidade social como valores, hierarquias e classificações que são espontaneamente naturalizadas (Bourdieu, 2024). Esse poder se consolida nos espaços de educação através da autoridade pedagógica que, por sua vez, demanda ações pedagógicas impositivas e desencadeia a violência simbólica. Nessa logicidade, em termos de arcabouço teórico utilizaremos as teorias bourdieusianas para lançar luz sobre o estudo da violência simbólica na produção das disparidades educacionais relativa às pessoas trans, partindo da premissa segundo a qual esse tipo de ato violento centrado na imposição escolar das normas binárias de gênero é capaz de

impulsionar desempenhos insatisfatórios para os estudantes dissidentes da naturalização da identidade generificada.

Em termos metodológicos, com a finalidade de corresponder a questão problema e aos objetivos propostos, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa que prioriza “entender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares” (Cebrap, 2016, p. 8). Dessa forma, assume um caráter descritivo e interpretativo, fundamentada no método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Portanto, esse tipo de abordagem demonstra-se como adequado para tratar os dados deste estudo que se concentra em experiências de pessoas trans com a cultura e ambiente de educação.

O presente estudo utiliza dados secundários, isto é, que foram previamente “coletados ou processados” (Gil, 2002, p. 45). Esse material é proveniente do livro “Trans: Histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância” lançado em março de 2021, organizado por Renata Ceribelli e Bruno Della Latta. Essa obra reúne relatos autobiográficos de pessoas trans, crianças, adolescentes, jovens e adultos e de seus familiares. Nesse ínterim, extraímos para este trabalho os seguintes relatos de experiências que representam a nossa amostra: Larissa, Mel, Bernardo, Gabriel, Andrea, Luiza, Lecca, Bárbara e Leonard.¹

Logo, a escolha dessa obra se justifica por oferecer um conjunto diversificado de narrativas que expressam experiências reais de exclusão, discriminação e resistência em contextos escolares, possibilitando compreender como a violência simbólica se inscreve nas trajetórias educacionais dessas pessoas. Ademais, as experiências vivenciadas é, segundo Bertaux (2010, p. 89), “um discurso narrativo que se esforça para contar uma história real”, ou seja, são vivências experienciadas e sentidas na pele que resistem diante da imposição das normas de gênero no itinerário educacional.

Por conseguinte, realizamos uma leitura minuciosa de todas as histórias de vida constantes na obra em questão e buscamos identificar todas as experiências escolares que evidenciaram algum tipo de desconforto, insatisfação ou estranhamento diante da imposição das normas binárias de gênero que caracterizam uma espécie de violência simbólica impedindo os estudantes de expressar sua autopercepção de identidade de gênero. Em seguida,

¹ Escolhemos apenas estes nomes porque na leitura que realizamos são eles que, em seus relatos de vivência escolar, apresentam experiências de violência simbólica às quais se concentra este estudo.

transcrevemos os trechos que fazem jus ao tipo de violência evidenciado no estudo e submetemos a análise de conteúdo.

Nesse sentido, o processo analítico dos dados segue as três etapas da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011, p. 63): a primeira, refere-se a “pré análise”; a segunda, à “exploração do material”; e a terceira engloba o “tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Em síntese, respectivamente, cada fase do exame dos dados consiste em leitura e seleção do material (objeto de análise), codificação (demarcar partes relevantes) e categorização (agrupamento dos códigos) para finalmente identificar padrões e temas pertinentes que foram informados pelos dados (Bardin, 2011)

3 NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ESCOLA

Como ponto de partida, apresentaremos uma análise qualitativa dos dados evidenciando os desafios, efeitos e consequências da violência simbólica que atravessam o percurso estudantil contidos nas histórias selecionadas para este trabalho.

Por conseguinte, apresentamos no Quadro 1 uma síntese da análise dos dados tratados neste estudo. Desse modo, encontramos três categorias principais: reprodução da cisheteronormatividade, desempenho estudantil e permanência. Em vista disso, na categoria um as subcategorias (códigos) são: negação ao nome social (1), opressão (3), repressão (2), frustração (3), regulação (1), patologia (1), estereótipo (1) e autculpa (1); na dois, rejeição (1), bullying (1), exclusão (2) e desistência (1); e na três, insegurança (1), não pertencimento (2), agressão física (3), incômodo (1), solidude (2) e ameaça (1).

Quadro 1- Análise dos dados: categorização e codificação

CATEGORIA	CONTEÚDO	TRECHO DAS RESPOSTAS
Reprodução da cisheteronormatividade	negação ao nome social	“na lista de chamada o nome masculino seja o oficial”
	opressão	“você é a mais bonita da classe, mas não serve para namorar porque é menino” “Quem chegar por último vai ter que ficar com a Melissa” “seu sonho era usar cabelo moicano. De tanto que ele insistiu, eu banquei. [...] fomos

		bombardeados pela escola, pelas crianças, pela direção [...]"
	repressão	"O pessoal vinha e falava 'você vai ser sapatão lá onde você estudava, mas aqui você não vai ser, não'" "chegaram a dizer 'você tem que andar com menino!'"
	frustração	"em festas juninas, tem aquela coisa de forçar garotos a dançar com garotas, e, nossa odiava, odiava aquilo! [...] eu estava com roupas de menino e, para piorar, com aqueles pelos desenhados no rosto imitando uma barba, o que realmente odiava" "depois do fim do jogo de futebol, que eu era obrigada a jogar na aula de educação física" "porque quando crescerem, eles se juntariam para fazer outras crianças" "foi horrível. talvez um dos piores dias da minha vida"
	regulação	"o discurso era o mesmo da minha família: 'anda direito, fala direito, comporte-se como menino"
	patologia	"eles estavam falando que o meu problema era ser afeminado"
	estereótipos	"uma professora desenhou na lousa um menino e uma menina e explicou que menino gosta de menina e vice versa"
	autoculpa	"eu realmente achava que o erro era meu. eu tinha que me consertar. e, era humilhante"
Desempenho estudantil	rejeição	"você é a mais bonita da classe, mas não serve para namorar porque é menino"
	bullying	"eu sofria muito bullying" "como defesa, apagou os momentos mais difíceis de bullying que ele possa ter sofrido"
	exclusão	"Se tinha alguma atividade em que precisava sentar com outra pessoa, eu era sempre o que ficava sozinho" "nem os meninos me queriam perto, por eu estar sempre buscando atividades de meninas, nem as meninas me aceitavam bem nas

		atividades delas, por eu não ser umas delas”
	desistência	“já pensou em deixar a escola” “Traumatizado pelo bullying que vivenciou por anos na escola, disse para o pai que havia reprovado e não assumiu a vaga”
Permanência escolar	insegurança	“e se os meus amiguinhos rirem de mim na escola?”
	não pertencimento	“na escola o drama era para fazer parte da fila das meninas. eu sempre batia o pé. sabia que pertencia àquele lugar”
	agressão física	“Vinha muita gente e me empurrava, puxava minha calça pra ver o que tinha dentro...Ninguém nunca conseguiu [...] tinha gente que me batia por causa disso” “eu lembro de muito soco na cara, muita joelhada no órgão sexual” “Dois me seguraram e o resto do time foi me dando joelhadas no órgão sexual [...] ficava muitas vezes sentada no chão, no pátio da escola, com dor entre as pernas”
	incômodo	“Na escola ninguém me entendia e muita gente vinha me perguntar se eu era menino ou menina”
	solidade	“As pessoas não gostavam de se aproximar, fazia tudo sozinho ou não fazia” “no colégio, Leonard estava sempre muito isolado”
	ameaça	“um menino que tinha a minha idade falou que ia me matar”

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A análise dos dados apresentados no Quadro 1 evidencia que a escola opera como um espaço central de reprodução da cisheteronormatividade, por meio de práticas de negação, repressão, regulação e patologização das identidades de gênero dissidentes, materializadas tanto em discursos pedagógicos quanto em interações cotidianas. Essas práticas produzem efeitos subjetivos profundos, como frustração, autculpa e internalização de estereótipos, ao mesmo tempo em que desencadeiam processos de rejeição, bullying e exclusão que impactam diretamente o desempenho estudantil. Ademais, os dados revelam que tais dinâmicas

comprometem a permanência escolar, gerando sentimentos recorrentes de insegurança, não pertencimento e solidão, além de situações de ameaça e agressão, o que confirma a atuação da violência simbólica como mecanismo estruturante das desigualdades educacionais vivenciadas por estudantes trans no contexto escolar brasileiro.

4 AS AÇÕES PEDAGÓGICAS NA REPRODUÇÃO DO SISTEMA CISHETERONORMATIVO

O sistema educacional brasileiro é resultado do legado jesuíta, pois de acordo com Theobaldo Santos (1968, p. 407) “os jesuítas foram os primeiros educadores do Brasil”. Esse grupo religioso tratou, portanto, de instaurar no Brasil escolas com padrões eurocêntricos e religiosos. Essa vertente religiosa, por sua vez, normatiza também o binarismo de gênero. Logo, esse ideal de educação certamente deixou uma herança cisheteronormativa que, igualmente na educação, na sociedade é o padrão aceito. Nesse sentido, os ambientes escolares desencadeiam a violência simbólica sobre os/as estudantes trans pelo fato de impor à eles as normas binárias de gênero que são expressas por ações pedagógicas que sempre demarcam atividades e comportamentos de modo a distinguir atribuições de meninos e meninas. Similarmente, enfatiza Pierre Bourdieu (2024, p. 22)

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas sexuadas), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 2024, p. 22)

Assim também, para reproduzir a dominação cis e heteronormativa na escola percebemos nas ações pedagógicas a presença dos estereótipos generificados como destacou uma das nossas informantes a respeito de numa aula a professora ter ilustrado na lousa um corpo masculino e um feminino² enfatizando a heterossexualidade; “dito de outra maneira, o alcance dessas proposições encontra-se definido pelo fato de que elas convêm a toda formação social, entendida como sistema de relações de força e de sentido entre grupos” (Bourdieu, 2023, p. 25).

² A ilustração fortalece e reproduz a binaridade de gênero centrada numa verdade biológica, de maneira a subverter outras formas de expressão da identidade de gênero.

De fato, a fuga aos estereótipos disseminados nas ações pedagógicas demanda fortes regulações como descreveu a jovem Luiza: “anda direito, fala direito, comporte-se como menino”.

Nessa logicidade, constatamos que o comportamento destoante ao padrão cis e heteronormativo, na escola, é visto como um problema que implica numa patologia como relatou uma interlocutora sobre a maneira que os professores classificavam o seu modo comportamental de afeminado. Ou seja, os docentes culpabilizavam a estudante pelos seus modos comportamentais que, para eles, “são vistos como problemas individuais, talvez fruto de algum distúrbio” (Bento, 2012, p. 95) fazendo com que a aluna chegue ao ponto de desenvolver em si mesma uma autculpa como disse Luiza “eu realmente achava que o erro era meu. Eu tinha que me consertar”.

Em continuidade, “ao longo do tempo, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir de referências, das normas, valores e ideias da cultura” (Louro, 1997, p. 75) capazes de oprimir, reprimir e frustrar no ambiente educacional os/as estudantes dissidentes da naturalização binária de gênero que se apresenta como uma violência simbólica que recai, em específico, sobre esse público estudantil. A saber, a opressão é um efeito dessa violência que se manifesta quando uma garota trans não serve para namorar um garoto de escola ou quando é usada como objeto de brincadeiras ofensivas bem como foram oprimidos o jovem Bernardo e sua mãe pelo corte de cabelo moicano dele. Com efeito, sobre essa conjuntura opressiva na escola, Bento (2012) adverte:

As instituições sociais produzem e reproduzem as margens por meio de duas táticas simultâneas: pela exposição discursiva daqueles que estão fora das normas de gênero, por intermédio das reiterações prescritivas, dos insultos, e pelo ocultamento, pela invisibilização. (Bento, 2012, p. 209)

Tal qual a opressão, a repressão também é um efeito nocivo da violência invisível pelo fato de que ela “põe o ator em circunstâncias que tornam mais difícil para ele levar adiante as rotinas normais da vida cotidiana” (Becker, 1991, p. 181), uma vez que, passa a ser alvo de perseguições e perturbações como relataram dois de nossos interlocutores que no colégio “O pessoal vinha e falava ‘você vai ser sapatão lá onde você estudava, mas aqui você não vai ser, não’” (Bernardo) e “chegaram a dizer ‘você tem que andar com menino!’” (Andrea). Dito de outra maneira, percebemos uma realidade que se fortalece numa norma que não está inscrita no regimento escolar, mas que por ser a regra mais aceita socialmente é reproduzida pela escola

para ser um reflexo dos parâmetros sociais generificados demonstrando que “este espaço ainda não é um ambiente propício para acolher a diversidade” (Odara, 2020, p. 102).

Nesse cenário de imposição contrária ao processo de transgeneridade a frustração permeia o percurso dos transgêneros, tendo em vista que as atividades desenvolvidas pela escola, inclusive as culturais, atuam na determinação dos papéis cisheteronormativos. Um exemplo disso, mencionado por Andrea, são os festejos juninos em que os pares sempre são pessoas de sexo oposto; além disso, o futebol nas aulas de Educação Física era obrigatório para os garotos como relatou Luiza. Nesse viés, assevera François Dubet (1994, p. 49) que os desapontamentos dos estudantes trans frentes à binariedade de gênero disseminada na escola remete a um tipo de experiência que se apresenta como “uma tensão entre a sinceridade e o artifício, entre a autenticidade dos sentimentos e o artifício do jogo social”, isto é, um artifício que impõe uma verdade de gênero que é discrepante ao subjetivismo da identidade de gênero.

Mediante o exposto, averiguamos que o elo estabelecido entre a sociedade e a educação, no que tange às normas de gênero, quando reproduzido e imposto aos estudantes é uma forma de violência simbólica pelo fato de operar predominantemente sem ser uma regra prescrita no regimento escolar e assegurada pelas ações pedagógicas. Inegavelmente, os efeitos dessa normatização recaem sobre os/as educandos transidentitários que são estritamente importunados pelas performances (Butler, 2003) que externalizam. Isto posto, constatamos que a violência invisível na escola, indubitavelmente, atua para a manutenção da cisheteronormatividade contribuindo, dessa maneira, para a perpetuação das desigualdades de gênero dificultando a justiça e a mobilidade social dos grupos vulnerabilizados, como as pessoas transgêneras.

5 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E O DESEMPENHO ESTUDANTIL

Em consonância com os estudos de Pierre Bourdieu e Passeron (2018), entendemos que os desempenhos escolares de sucesso não são resultados de esforços, méritos e disposições próprias aos estudos, entretanto, dependem do capital cultural que é validado pela escola e, que quanto mais o capital cultural dos estudantes se aproxima com o considerado pela escola maiores serão suas chances de obtenção de desempenhos lineares; enquanto os/as educandos que não são familiarizados com a cultura legitimada no interior da vida escolar estão condicionados a rendimentos estudantis de insucesso. Similarmente, enfatiza Dubet (1994, p.

202) “os resultados escolares, na medida em que podem ser avaliados com rigor, parecem largamente determinados pela origem social”

Partindo desse pressuposto teórico de que a negação de determinados capitais culturais provoca desempenhos escolares insatisfatórios, entendemos que os fatores subjetivos como raça e gênero, por exemplo, podem acentuar ainda mais os desempenhos. Além disso, os fatores subjetivos estão inseridos na cultura escolar. De certo, o processo de dissidência de gênero não é consoante com cultura generificada legitimada pela escola, portanto, os episódios de rejeição, bullying, exclusão e desistência identificados na biografia dos interlocutores deste estudo impactam no seu desempenho/rendimento escolar. Nesse ínterim, “os custos cobrados desses sujeitos são altos. São-lhes impostos custos morais, políticos, materiais, sociais, econômicos” (Louro, 1997, p. 88), ou seja, os baixos rendimentos para os estudantes trans os empurram cada vez mais às margens da sociedade.

Dito isso, classificamos que tanto a rejeição e o bullying vivenciados pelos transgêneros na educação são decorrentes da cultura escolar que admite o gênero binário, uma vez que, essa imposição simbólica aponta o processo de transgeneridade como transgressão. Esses dois indicadores impactam estritamente o rendimento escolar dos transgêneros que se torna evidente na evasão compulsória do ambiente escolar, tal como, Mel que pensou em deixar a escola por ser rejeitada e alvo constante de piadas de mal gosto. Igualmente a ela, Leonard não teve coragem para adentrar o ensino superior, embora tenha sido aprovado no vestibular, em decorrência das experiências de bullying vivenciadas na educação básica. Assim, tanto a evasão compulsória quanto a desistência são reações da violência simbólica de gênero instaurada na escola que produz a baixa escolaridade na comunidade trans.

Nesse panorama escolar que naturaliza o gênero binário, o processo de exclusão de estudantes trans é evidente nas narrativas dos nossos informantes. Em continuidade, Bento (2012, p. 94) assevera que esse processo excludente está centrado no pressuposto de que “as formas idealizadas do gênero geram hierarquia e exclusão”, em virtude de haver o privilégio de determinada identidade de gênero em detrimento de outra. Nesse sentido, a exclusão conduz os estudantes transgêneros a rendimentos baixos, pois conforme os dados analisados as atividades em dupla eram realizadas de forma individual e, outro caso, a atividade não era realizada. Com efeito, indubitavelmente, as tarefas não realizadas na escola sugerem a perda total ou parcial na pontuação referente à avaliação transformando os desempenhos estudantis desses alunos (as) em desonrosos.

Portanto, compreendemos que a violência invisível que também se expressa pela normatividade de gênero dual na educação, inegavelmente, compromete os desempenhos de estudantes transgêneros. Em síntese, esses prejuízos resultam no acúmulo de experiências negativas e o esforço em lidar com o estigma e a discriminação afetam preponderantemente as notas e a eficiência desse grupo culminando em baixos rendimentos acadêmicos. Por isso, Dubet (2004, p. 41) salienta que “a exclusão não é somente um fenômeno sistêmico objetivo, é também uma experiência subjetiva da exclusão vivida potencialmente como uma destruição de si”, isto é, para além do mérito (fator objetivo) os fatores subjetivos como a transidentidade desencadeiam desempenhos insatisfatórios, quando esta é tratada marginalmente como em sociedade.

6 DESAFIOS DE PERMANÊNCIA TRANS NA ESCOLA

A permanência escolar depende de muitos fatores como os econômicos, sociais, políticos, culturais, dentre outros. No entanto, o ideal de pertencimento é um fator primordial para a estadia no ambiente escolar. Esse sentimento de pertencer deve ser livre de qualquer violação e permeado por acolhimento. Mas, quando tratamos de experiências de pessoas trans na educação, a permanência é um intrínseco ato de resistência diante da subversão das normas binárias de gênero, uma vez que, a presença delas no ambiente escolar é atravessada por insegurança, agressão física, incômodo, solidão e ameaça, igualmente mencionado pelos nossos (as) interlocutores. Logo, esses indicadores refletem o não pertencimento que, consequentemente, age “interrompendo o direito à educação” (Antra, 2023, p. 36).

Sob esse viés, a insegurança apresentada ao externalizar sua identidade de gênero, os questionamentos acerca do gênero, isolamento e solidão, agressões físicas e verbais, são emendas pela violência simbólica que desencadeia, nesse caso, a violência física, moral e psicológica nos educandos (as) transidentitários. Ou seja, a cultura escolar binária quanto ao gênero é severa, isto é, será um espaço de não reconhecimento, gerador do não pertencimento facilitador de lembranças de extremo medo. Sobre o cruzamento da violência Simbólica, pertencimento e a percepção de pessoas trans, Butler (2022) argumenta,

Essa violência emerge de um profundo desejo de manter a ordem do gênero binário natural ou necessária, fazer dela uma estrutura, seja natural, seja cultural ou ambas, de modo a nenhum ser humano poder se opor a ela e ainda permanecer humano. Se uma

pessoa se opõe às normas do gênero binário não apenas por ter um ponto de vista crítico sobre elas, mas por tê-las incorporado de maneira crítica, e sendo essa oposição estilizada legível, então parece que a violência surge justamente como a exigência de desfazer essa legibilidade, de questionar sua possibilidade, torná-la irreal e impossível diante de sua aparência contrária. (Butler, 2022, p. 64)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante ao objetivo geral desta investigação que é compreender como a violência simbólica, materializada nas relações escolares e analisada a partir das histórias de vida presentes na obra *Trans*, reforça a cisheteronormatividade e aprofunda desigualdades no desempenho e na permanência escolar de estudantes trans; constatamos uma forte influência da violência simbólica, diante das normas binárias de gênero propagadas na escola, sobre o percurso escolar dos estudantes transgêneros e seus desempenhos. Além disso, observamos o elo forte entre sociedade e educação de modo a conceber que a escola reproduz os parâmetros sociais aceitos quanto a identidade de gênero e, por conseguinte, perpetua desigualdades.

Nessa lógica de reprodução dos critérios de identidade de gênero os ambientes educacionais ao reproduzirem a mesma repressão social sobre o processo de transgeneridade transformam essa disparidade social, porquanto, em desigualdades educacionais, ou seja, moldando o itinerário escolar dos transgêneros de forma que seus desempenhos sejam não lineares, de insucesso, desprestígio, desonrosos. Além disso, atribui a eles (as) a culpabilização por seus resultados e violências sofridas no espaço educacional. Nesse sentido, afirmamos que a violência simbólica impacta integralmente nos resultados acadêmicos e contribui, inegavelmente, para a acentuação dos contrastes sociais e educacionais.

Destarte, o acúmulo de experiências desfavoráveis prejudica as interações sociais dos estudantes transidentitários na escola, tornando difícil a construção de redes de apoio (amizades) com os colegas de sala de aula e, isso impacta o desenvolvimento das atividades em grupo. Com efeito, esse círculo social também é indispensável para o desempenho integral e sucesso estudantil. Assim, averiguamos que a violência simbólica funciona, sobretudo, como um mecanismo de exclusão atuando com a capacidade de imposição de empecilhos para que a pessoa trans possa desenvolver habilidades plenas para atingir o seu potencial acadêmico.

Em continuidade, destacamos que a violência invisível se comparada ao coração humano que bombeia o sangue, enfatizamos que na educação ela é o coração que emana e origina outros tipos de atos violentos contra pessoas trans na escola, tais como, as mencionadas

na discussão deste trabalho, a física, a verbal e a psicológica. Por isso, são necessárias transformações imediatas no paradigma da cultura escolar tornando-a um local mais acolhedor com a finalidade de romper com as estruturas sociais de preconceito e discriminação para que os transgêneros encontrem pertencimento e possam ter o direito de alcançar desempenhos estudantis satisfatórios.

Nesse sentido, embora essa pesquisa tenha se concentrado nos efeitos e consequências da violência simbólica relativa à naturalização binária de gênero na escola; ela deixa caminhos sugestivos para pesquisas futuras, por exemplo, a realização de um mapeamento sobre as violências sofridas por estudantes trans na escola no Pará³ de modo a quantificá-las e qualificá-las apontando suas mazelas sobre o desempenho estudantil. Essa sugestão também enriquece o campo de pesquisa das desigualdades educacionais relativas ao processo de transidentidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Organização de Bruna G. Benevides. Brasília. DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. 140 p.. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&source=web&rct=j&url=https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf&ved=2ahUKEwj3MKwq5KRAxXYGbkGHU3gEKwQy_kOegQIBhAB&opi=89978449&cd&psig=AOvVaw3778uXHQjZT1USyoZwvHWH&ust=1764333170724000. Acesso em 20 Dez 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Howard S.. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo** : sexualidade e gênero na experiência transexual. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução de Zuleide Alves Cardoso Cavalcante; Denise Maria Gurgel Lavallée. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. A condição Feminina e a Violência Simbólica. Trad. Maria Helena Kuhner. 23ª ed. Rio de Janeiro: Diefel, 2024.

³ É um estado que está nos limites da região Norte que, segundo a revisão da literatura, há raríssimos estudos sobre pessoas trans na educação e mais escasso é no campo das desigualdades educacionais.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 8 edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e Subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc/CEBRAP, 2016.

CERIBELLI, Renata; DELLA LATTI, Bruno. **Trans**: Histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo livros, 2021.

DUBET, F. **A escola e a exclusão**. Cadernos de Pesquisa, n. 119, 2003.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, set./dez. 2004

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: Travestilizando a educação. 1. ed. Salvador, Bahia: Devires, 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de História da Educação**. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1968